

# Para a FAB, aceitar a anistia é admitir injustiça

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Ao se reintegrar como proposto militar, não estará sendo concedida uma anistia, porém admitindo que os elementos não eram culpados dos atos que cometeram e que houve injustiça por parte da organização que os puniu, o que não corresponde à verdade." Com esta conclusão, a Aeronáutica define sua posição com relação à questão da anistia dos militares cassados pela Revolução, em documento encaminhado à Constituinte.

Ao contestar o que foi proposto no projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização, o documento relaciona fatos e núme-

ros relativos às punições aplicadas a 487 oficiais e praças da Força, destacando: "Logicamente, a crítica de qualquer ação, particularmente revolucionária, só pode ser feita à luz das circunstâncias e do momento em que foi aplicada; julgar um ato revolucionário de 1965 à luz dos valores e circunstâncias de 1967 é querer produzir distorções. Seria como julgar a Inquisição ou a revolução comunista de 1917 sob a ótica de 1987, desconsiderando a época e a circunstância em que os fatos se deram". E explica: "Daí a anistia sob forma de perdão, não sob a forma de julgamento se o ato punitivo foi legal ou injusto à época de sua aplicação".

Segundo a avaliação da FAB, o que se procura com a proposta de

anistia aprovada pela comissão, considerada inoportuna é o recebimento pelos anistiados de alta soma em dinheiro, "através do pagamento de atrasados". Mas ressalva o documento que o que se postula já foi concedido, não se tratando de saber quantos podem, em virtude da idade, ou quantos desejam voltar à caserna.

"No caso de anistia com reintegração — diz ainda o documento — pode-se afirmar que qualquer incidente rotineiro que venha a dar margem a uma sanção disciplinar, sobre ou por parte dos reintegrados, irá provocar sérios danos à instituição pela exploração política decorrente. Há exemplos de sobre a respeito."

A íntegra do documento da Aeronáutica está na página 38

## Apoio ao governo é 'amplo e confortável'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, afirmou ontem que "pessoalmente" não julga necessária a participação de outros partidos na Aliança Democrática. "O presidente Sarney tem uma base de sustentação muito ampla e confortável no Congresso, a maior que um presidente da República já teve nos últimos 30 anos", frisou. Ulysses acrescentou, contudo, que Sarney "é o juiz desse assunto" e que esse tema não foi mencionado durante a conversa que tiveram no sábado.

"Eu não tratei disso com o presidente Sarney nem com ninguém. A imprensa é que está falando no assunto", disse Ulysses. Ele lembrou que todos os projetos de interesse do governo foram votados no Congresso e que a Aliança "nunca lhe faltou". Sobre as divergências entre PMDB e PFL, afirmou que os dois partidos já enfrentaram momentos "mais difíceis" e que não será agora que ocorrerá "desentendimento mais sério".

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, reafirmou ontem, no Palácio do Planalto, onde foi participar da cerimônia de assinatura de um programa de energia elétrica para o Nordeste, o apoio de seu partido a Sarney e ao governo. Mas destacou que a maior responsabilidade nesse apoio fica com o PMDB, não só por ser o partido numericamente maior

da Aliança Democrática como pelo fato de os dois últimos ministros da Fazenda (Dilson Funaro e Luís Carlos Bresser Pereira) serem do PMDB.

Aureliano Chaves negou-se a falar sobre as ameaças do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, de rompimento do partido com o governo se não houver uma reforma ministerial e nova distribuição de cargos. "Não entro nessa linha de reivindicações", disse acrescentando que também não tomou conhecimento de nenhuma declaração do presidente do PFL, senador Marco Maciel, defendendo maior participação do PFL no governo. Aureliano acredita que um pedido de maior participação deve ser resultado de uma avaliação do partido.

De qualquer forma, o ministro nada tem contra a inclusão de novos partidos na Aliança Democrática, desde que sejam respeitados os compromissos da Aliança. "Desde que essa participação seja voluntária".

Também o chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, reafirmou, ontem, que todo apoio ao governo será bem-vindo. "A orientação é essa: outros partidos integrando a Aliança", declarou. E adiantou que o presidente Sarney acolherá todos os partidos que manifestarem esse desejo, negando que o Palácio do Planalto vá consultar o PMDB ou o PFL antes de abrir espaço para novas siglas na Aliança. Disse, também, que ainda não está descartada a formação de um bloco suprapartidário.

## Governadores preparam nova reunião

Os governadores do PMDB deverão fazer nova reunião, possivelmente em agosto, a fim de discutirem os pontos que consideram prioritários em termos da nova Constituição. A ideia desse encontro evoluiu a partir dos resultados obtidos na convenção nacional extraordinária do partido, quando os governadores conseguiram que suas bancadas transferissem para a Assembléia Nacional Constituinte a discussão em torno da fixação do mandato do presidente José Sarney e seus sucessores e do sistema de governo.

O governador Orestes Quércia, um dos articuladores dessa reunião, explicou ontem que cada governador está procurando, em seu Estado, levantar as principais questões a serem discutidas em conjunto. Posteriormente, os participantes do encontro levarão aos constituintes de seus Estados as sugestões e prioridades que, no entender do grupo, devem constar do novo texto constitucional. O local e a data dessa reunião, assim como a possibilidade de lançamento de um documento conjunto, ainda estão sendo estudados pelos organizadores.

Quércia almejará amanhã, em Brasília, com o presidente José Sarney. Além de discutir o assunto com Sarney, o governador pretende ainda fazer uma avaliação dos resultados da convenção nacional do PMDB. Na agenda estão também assuntos de ordem administrativa, ligados à segurança pública, habitação e transportes.



Enquanto Ulysses não resolve questões de regulamento, o plenário continua quase vazio

## Plenário vazio aguarda decisões

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, informou ontem que vai definir até quinta-feira se aceita ou não as propostas dos deputados Bocaliúva Cunha (PDT-RJ) e Haroldo Lima (PC do B-BA) de realizar seis sessões extraordinárias da Constituinte para debater temas específicos da nova Constituição.

Pela proposta de Bocaliúva Cunha, seriam realizadas sessões extraordinárias, pela manhã, de terça a quinta-feira, durante duas semanas. Haroldo Lima sugeriu que as sessões vespertinas sejam mantidas. Ulysses explicou que pediu a sugestão dos

demais líderes partidários, para se aprovar uma proposta comum. Ele ressaltou que não pretende suspender as sessões vespertinas diárias, para não prejudicar os oradores já inscritos. "Estou preocupado em não cassar a palavra de ninguém", disse ele.

Muitos dos temas tratados ontem na Constituinte foram de natureza constitucional, mas não houve debate em torno desses assuntos. A reforma agrária foi analisada pelo senador Wilson Martins; a defesa do sistema presidencialista foi sustentada pelo deputado José Moura; tratou-se também da inexistência no País de um efetivo federalismo. Todos esses temas foram expostos pe-

los diferentes oradores para um plenário ainda esvaziado.

O discurso mais longo foi o do deputado Arthur da Távola, que chamou de "mentiroso" o documento divulgado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Nesse documento, como notou, a Fenen sugere que os sindicatos de estabelecimentos privados de ensino estabeleçam providências para encher as galerias da Constituinte com "tropas de ocupação", na fase da votação do anteprojeto de Constituição. Essa ocupação, ainda como relatou Arthur da Távola, deve ser providenciada com um mínimo de 200 pessoas, "contratadas ou não". Távola disse que o documento "é de uma inimaginável incúria política".

## Covas não acredita em consenso

O PMDB dificilmente chegará a posição comum quanto ao mandato do presidente José Sarney e ao regime a ser adotado, presidencialismo ou parlamentarismo, mesmo quando a Constituinte tiver de se decidir sobre esse assunto. A opinião é do líder e senador Mário Covas, que ontem esteve no Palácio dos Bandeirantes sem ter conseguido conversar com o governador Orestes Quércia, ocupado em receber individualmente os deputados federais paulistas. "Vi que havia muita gente, e minha passagem no palácio era rápida, que então falei com o secretário Mesquita", esclareceu Covas, revelando seu pedido: marcar uma audiência com professores estaduais que querem apresentar suas reivindicações.

O senador paulista não vê possibilidade de consenso em relação a mandato e sistema de governo, mas acha que "pode haver uma posição majoritária dentro do partido". Ainda assim, Covas continua preferindo a definição partidária, divergindo da decisão da convenção nacional extraordinária do PMDB. "A gente está num partido político e está fazendo vida política. Portanto, quando você vai a uma convenção, você decide politicamente e se sente obrigado politicamente. O constrangimento que existe na vida partidária é político, e não jurídico. Quem é de partido acompanha suas decisões, independentemente de saber se a lei determinará que você as acompanhe ou não."

Mário Covas concorda em tese,

com a disposição do presidente de seu partido, Ulysses Guimarães, de admitir novas alianças partidárias, mesmo com o PDS e o PTB, pois um governo sempre tenta "alargar suas bases social e política". Ressaltou, no entanto, que esse tipo de aliança não deve implicar "concessão de natureza política em relação aos objetivos desse governo". O senador condenou a ideia de ser feito um pacto que não dependa de partidos: "Para mim, parece despropositada a ideia anunciada na semana passada, de alianças entre pessoas, entre deputados e senadores — os chamados blocos suprapartidários. Isso me parece uma violência, até mesmo contra o processo democrático. Mas alianças entre partidos é normal", declarou Mário Covas.

## Emendas populares têm 1 milhão de assinaturas

Um milhão de assinaturas distribuídas em mais de 50 propostas diferentes — 500 mil só para a emenda tornando permanente o sistema de participação popular no Congresso — é a contribuição que São Paulo vai dar à Constituinte. Os números são parciais, porque a entrega das assinaturas começou a ser feita ontem e o prazo final para serem apresentadas à Comissão de Sistematização é dia 13 de agosto. Até sexta-feira, porém, essas propostas ainda estarão recebendo assinaturas na Sala da Constituinte da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco.

Todas as propostas são de iniciativa popular, foram endossadas por mais de três entidades e precisam de, no mínimo, 30 mil assinaturas para serem encaminhadas à Comissão de Sistematização, como exige o regimento interno da Constituinte. Só na Faculdade de Direito onde está centralizado o Plenário Pró-Participa-

ção Popular na Constituinte, estão reunidas 50 propostas. Além dessas, existem muitas outras circulando pelo Estado e patrocinadas por entidades específicas. As emendas abrangem temas tão distintos quanto a reforma agrária e os direitos dos animais.

A partir de ontem, representações do Plenário Pró-Participação Popular no Interior estão entregando as assinaturas para serem contadas e devolvidas às suas entidades patrocinadoras, que as levarão para Brasília. Mas ainda dá tempo para assiná-las, porque não houve acordo entre as entidades sobre a data da entrega à Comissão de Sistematização. Um grupo, representado principalmente pelo Plenário Pró-Participação, quer deixar sua proposta nas mãos do relator Bernardo Cabral no dia 5 de agosto. Outro, liderado pela CUT, preferiu o dia 12, coincidindo com a greve geral.

Portanto, quem quiser assinar a emenda que torna permanente o sistema popular no Congresso tem de correr até sexta-feira. Algumas outras propostas poderão ser assinadas até o dia 10 de agosto, mas o controle sobre elas ficará a cargo de cada entidade patrocinadora. Por exemplo: a emenda sobre os direitos da mulher deverá ser procurada junto a grupos femininos. De qualquer forma, avisa o assessor de imprensa da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Fábio Cypriano, o movimento pela entrega das propostas no dia 5 está crescendo. Assim, quanto mais cedo o eleitor assinar a emenda de sua preferência, melhor.

### A LEGISLAÇÃO DO POVO

Cada eleitor tem direito a assinar até três emendas populares e, para isso, é imprescindível levar o título de eleitor. Até agora, a proposta com maior número de assinaturas é justamente a que cria o sistema de partici-

pação popular no Congresso. "Já temos 200 mil garantidas e vamos chegar a 500 mil só em São Paulo", garante Fábio Cypriano. Em seguida, vêm as emendas propondo as reformas agrárias e urbanas, os direitos do trabalhador e a democratização dos meios de comunicação.

A preferência do eleitor deixou satisfeitos os integrantes do Plenário Pró-Participação Popular e o diretor da Faculdade de Direito, Dalmo Dallari. Segundo Francisco Withaker, do Plenário, ficou claro que a participação popular é um instrumento de ação política muito importante. "Ao contrário do que muitos opositores pensavam, esse mecanismo reforça a democracia participativa. Além disso, o povo se sentiu como se estivesse votando. Mas em idéias e não em nomes." O professor Dalmo Dallari, por sua vez, acredita que, com a proposta sendo aprovada, o povo realmente passará a ser um legislador.

## Constituinte tenta salvar instituições como o Sesi

Com o objetivo de "salvar do espírito estatizante do projeto de Constituição o Sesc, Sesi, Senac e Senal", o deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG) apresentou emenda ao artigo 336 — que determina que "a folha de salários" das empresas "é base exclusiva de seguridade social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição" — para que seja acrescentado ao final do texto o seguinte: "Exceto para os serviços sociais autônomos e de aprendizagem profissionalizante, sem fins lucrativos, instituídos pela lei".

Na justificativa de sua emenda, o deputado Aloísio Vasconcelos lembra que "a sociedade brasileira espera uma Constituição moderna, sucinta,

mas que não agride as conquistas sociais inegáveis geradas pela benéfica atuação do Sesi e do Sesc (há mais de 40 anos) e também do Senal e do Senac, reconhecidos pela extraordinária contribuição à educação profissionalizante". Acrescenta o deputado mineiro que "o que os empresários destinam, via IAPAS, à formação dos empregados e à assistência social não é transferido para os preços finais dos produtos. Não se fere a estabilidade financeira do sistema de seguridade social". E acentua não aceitar o argumento de que "o aditamento pretendido venha a repercutir diretamente no mercado de trabalho". Por fim indaga: "Por que suprimir estes grandes benefícios à promoção social do trabalhador brasileiro?"

## Quércia quer isolar Afif fazendo alianças

O secretário de Governo de São Paulo, Antônio Carlos Mesquita, acredita que o PMDB precisa "dividir a direita" para vencer as eleições de prefeito da Capital em 1988. O Palácio dos Bandeirantes pretende "isolar" o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL), promovendo alianças com PTB, PFL e PDS. Mesquita tem confiado a intenção a diversos setores peemedebistas e conseguiu apoio à tese no final de semana, quando a composição patrocinada pelo governador Orestes Quércia e o vice Almino Afonso obteve maioria no colegiado responsável pela formação do diretório municipal provisório do PMDB em São Paulo.

A chapa Unidade para Avançar conseguiu 11 dos 21 votos possíveis, enquanto os aliados do senador Mário Covas (Avançar na Luta) tiveram seis votos e os independentes (indiretamente ligados ao senador Fernando Henrique Cardoso e ao governador Franco Montoro) apenas quatro. Fernando Henrique e Montoro, contudo, preferiram ficar formalmente afastados da disputa municipal. O mesmo ocorreu com outra liderança do PMDB paulista, o ministro Almir Pazzianotto, que segundo os convencionais nem apresentou candidatos ligados a seu nome.

A superioridade do grupo palaciano foi tão evidente que os nove primeiros colocados na votação pertencem à Unidade para Avançar. O mais votado é Décio Maqui, assessor do secretário de Obras do Estado, João Oswaldo Leiva, candidato de Quércia à sucessão na Prefeitura. O segundo colocado, Reynaldo de Barros Júnior, é subsecretário de Governo, respondendo diretamente a Mesquita.

A melhor classificada do grupo

identificado com Mário Covas, Enelida Barbieri (10º lugar), disse ontem que sua chapa não ficou em minoria no colegiado: "Os eleitos representam de fato todas as correntes dentro do movimento de bases do PMDB, inclusive as não vinculadas a qualquer liderança". Antônio Luís, ligado a Almino Afonso e terceiro colocado na votação, ao contrário, acredita em uma vitória "dos nomes indicados pelo governador e vice".

Antônio Luís nega, porém, que a maioria conseguida pela chapa Unidade para Avançar vá isolar os partidários de Covas: "O resultado caracteriza a unidade do PMDB na Capital, que pode ser provada pelo equilíbrio de votos entre as correntes em disputa". Alguns convencionais, como Luís, entendem que dos 11 votos recebidos pela composição seis foram pessoas identificadas com Quércia e cinco para Almino.

Os "covistas" e "alministas" concordam em pelo menos uma coisa: de maneira alguma o prefeito Jânio Quadros deve ingressar no PMDB. Neste ponto, o secretário Antônio Carlos Mesquita pode enfrentar dificuldades em sua tese de "dividir a direita".

Muitos dos componentes da base peemedebista não julgam necessário que o partido passe por uma "diretização" — através de alianças com PTB, PFL e PDS —, porque "mesmo os deputados mais conservadores do PMDB se elegeram apresentando um discurso progressista". Em outras palavras, a partir do momento que for apresentada a filiação de Jânio Quadros, vários "alministas" e "covistas" aproveitarão para debater a tese de Mesquita, esperando contar com a "ajuda da militância" para derrotar o secretário.

## PV paulista vai funcionar num teatro

Rita Lee para a Prefeitura de São Paulo. Outros candidatos prováveis: o jogador de futebol Sócrates, a atriz Bruna Lombardi ou o único deputado constituinte ecologista, Fábio Feldmann. Estes eram os nomes lembrados ontem, na inauguração da sede paulista do Partido Verde, para a primeira campanha eleitoral do PV no Estado. O partido vai funcionar no Teatro Ruth Escobar, na rua dos Ingleses, 209. E, durante o coquetel de inauguração — com um cardápio naturalista formado de biscoito integral, mel e suco —, um manifesto esclarecia que os verdes pretendem "retomar a política na sua essência, como luta de transformação social e econômica, através do diálogo e da negociação".

Os verdes querem "um socialismo democrático, uma síntese do que há de melhor na organização coletivista, prestigiando a iniciativa e a liberdade civil". Definem-se a favor das eleições diretas para a Presidência da República em 1988. No dia 23, o PV vai fazer convenção para eleger os membros da comissão estadual e definir a ação política do partido. Os integrantes do colegiado que responde pelo PV paulista não acreditam que, até o final do ano, o partido terá condições de cumprir as exigências mínimas da Justiça Eleitoral para ser legalizado.

Definindo-se como "um partido das minorias que estão fora do poder", o PV reúne várias tendências ideológicas, onde convivem espiritualistas, marxistas, ecologistas e políticos arrependidos com a participação em outras siglas. Para ser do PV, esclarecem os verdes, é preciso "não ser um agressor da natureza, não ser traficante da violência, estar empenhado na luta pacifista e estar sintonizado com a revolução cultural". Os interessados em participar da convenção devem se filiar até o dia 7.